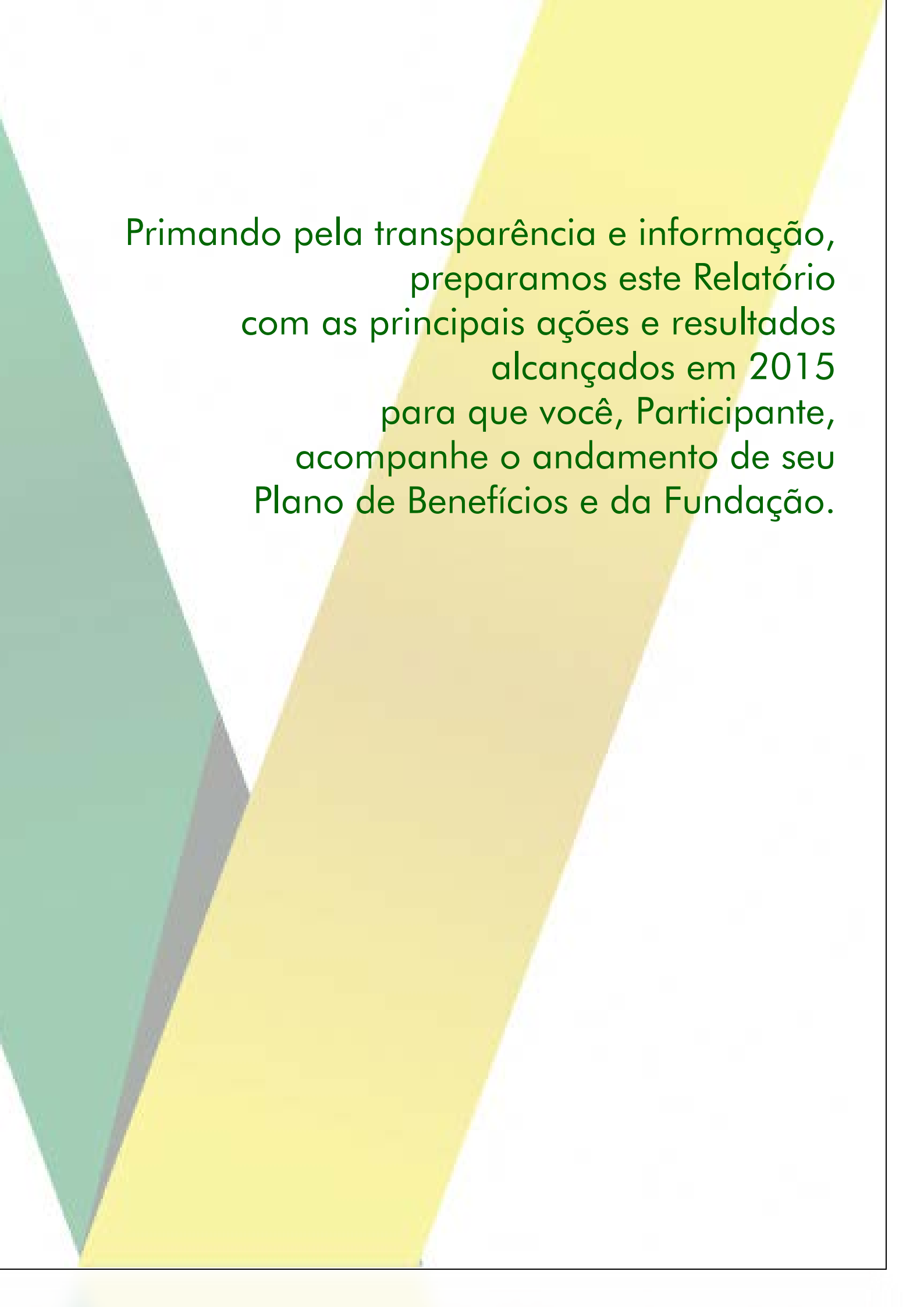




**Relatório Anual
de Informações
2015**

GEAP

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA



Primando pela transparência e informação,
preparamos este Relatório
com as principais ações e resultados
alcançados em 2015
para que você, Participante,
acompanhe o andamento de seu
Plano de Benefícios e da Fundação.

Relatório Anual de Informações 2015

Fundação GEAPREVIDÊNCIA

Sumário

1. Apresentação	2
2. Institucional	2
3. Comunicação, Atendimento e Relacionamento	3
4. Investimentos.....	3
4.1. Administração.....	3
4.2. Conceitos Essenciais	3
5. Despesas Administrativas.....	6
6. Plano de Benefícios Previdenciários – GEAPREV	7
6.1. Política de Investimentos GEAPREV 2015	13
7. Plano de Pecúlio Facultativo – PPF.....	17
7.1. Política de Investimentos PPF 2015.....	24
Anexos	29
Balanco Patrimonial Consolidado	29
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada.....	30
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do PPF.....	31
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do GEAPREV.....	32
Demonstração do Ativo Líquido do PPF	33
Demonstração do Ativo Líquido do GEAPREV.....	34
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada	35
Demonstração das Provisões Técnicas do PPF.....	36
Demonstração das Provisões Técnicas do GEAPREV.....	37
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	38
Parecer Atuarial do PPF	53
Parecer Atuarial do GEAPREV	54
Relatório dos Auditores Independentes	55

1. Apresentação

Em 2015 a Fundação Geaprevidência consolidou-se como entidade voltada exclusivamente à administração de planos de benefícios de previdência complementar, expandindo suas ações direcionadas aos participantes dos Planos de Pecúlio Facultativo e de Benefícios Previdenciários.

A Fundação concluiu a transferência de gerenciamento dos Planos e, a partir disso, iniciou o desenvolvimento de várias ferramentas de atendimento que elevam o relacionamento com o participante ao nível estratégico da gestão, objetivando a máxima transparência e satisfação.

A gestão eficiente e a estrutura enxuta possibilitaram, por exemplo, a redução da despesa administrativa dos Planos da Fundação, colocando-a entre as menores dos fundos de pensão avaliados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, órgão fiscalizador do setor.

Estreitamos o relacionamento com entidades representativas dos participantes, num esforço de trabalho conjunto para melhoria da viabilidade dos planos e da estrutura da Fundação.

Entre essas e tantas outras ações, foi um ano de intenso trabalho que procuramos registrar neste Relatório, buscando informar da melhor maneira possível o nosso participante.

Boa leitura!

2. Institucional

Desde agosto de 2014 em nova sede, a Fundação vem se estruturando especificamente para a administração de planos de benefícios previdenciários, voltando todo o seu foco ao participante.

A Fundação vem se preparando e profissionalizando para o melhor desempenho das atividades de administração dos planos: um sistema específico para gestão de planos previdenciários foi instalado, nosso site foi inaugurado, o atendimento telefônico foi reestruturado com equipe própria e qualificada e nossos canais de comunicação se ampliaram com a entrada da Fundação nas redes sociais.

Todas as ações que antes eram compartilhadas entre os segmentos de previdência e saúde foram definitivamente redirecionadas apenas para a previdência, gerando melhores resultados, mais objetividade e, principalmente, melhor atendimento ao participante.

Um dos resultados desse novo direcionamento foi a redução da despesa administrativa dos Planos da Fundação, que tem se mantido em cerca de dez por cento da média dos fundos de pensão integrantes do Sistema Brasileiro de Previdência Complementar.

3. Comunicação, Atendimento e Relacionamento

O relacionamento entre a Fundação e seus participantes cresceu e se aprofundou devido a ações específicas de atendimento e comunicação, voltadas ao cenário de consolidação e expansão da gestão de planos previdenciários.

À centralização do atendimento presencial em Brasília sucedeu-se a expansão do atendimento pelo site próprio e pelo canal 0800, operado totalmente por técnicos especializados em previdência. A Fundação também ampliou sua comunicação com o participante e o grande público por meio da internet, participando das redes sociais mais usadas atualmente no Brasil: Facebook e Twitter.

Além dos canais institucionais formais, a Fundação também estreitou seu relacionamento pessoal com atores importantes: foram realizados encontros com entidades representativas dos participantes e com gestores de recursos humanos, para aproximação com a nova realidade focada exclusivamente em previdência e no participante.

4. Investimentos

4.1. Administração

A administração dos investimentos dos planos da Fundação é realizada de acordo com os seguintes princípios:

- Segurança: Proteção adequada dos investimentos realizados;
- Rentabilidade: Retorno para cobertura das obrigações;
- Solvência: Recursos suficientes para garantir o pagamento das obrigações;
- Liquidez: Disponibilidade de recursos para efetuar os pagamentos;
- Transparência: Clareza nos critérios utilizados na administração do plano.

As atividades da Fundação são exercidas com boa fé, lealdade e diligência, ou seja, são feitas com os cuidados necessários na execução das tarefas.

A administração adota em seus procedimentos elevados padrões éticos representados pela rigorosa observância dos manuais de boas práticas, analisa com muita atenção as melhores alternativas e, de forma fundamentada, escolhe a mais adequada aos interesses dos participantes dos planos de benefícios.

A Fundação administra dois planos de benefícios previdenciários, o Plano de Pecúlio Facultativo – PPF e o Plano GEAPREV, além do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

4.2. Conceitos Essenciais

Recursos Garantidores: Cada plano de benefício previdenciário possui seus recursos garantidores, que são os valores que o plano possui alocados em aplicações financeiras, tendo como objetivo principal honrar com os pagamentos aos participantes e beneficiários.

Segmentos de Aplicação: Seguindo o que estabelece a Resolução Nº 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional, as aplicações financeiras dos planos administrados pela entidade são distribuídas nos seguintes segmentos:

- **Renda Fixa:** Investimento em títulos emitidos pelo governo (títulos públicos) e/ou em títulos emitidos por uma empresa (título privado);
- **Renda variável:** Investimento em ações de empresas listadas em bolsa de valores;
- **Investimentos Estruturados:** Fundos de investimentos em participações notadamente em empresas atuantes no segmento de infra-estrutura.

Além dos segmentos acima relacionados e com base na referida legislação, o plano pode aplicar seus recursos ainda nos segmentos de Imóveis, Investimentos no Exterior e em Operações com Participantes. Não há qualquer aplicação nesses segmentos nos planos administrados pela Fundação.

Enquadramento das Aplicações: Os investimentos de cada plano precisam ser enquadrados de acordo com as suas características, a saber:

- **Títulos públicos:** Títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal. Proporciona rentabilidade ao investidor e conta com a garantia do governo federal;
- **Títulos privados:** Títulos de renda fixa emitidos por empresas privadas. Proporciona rentabilidade e garantia de acordo com as características da emissão;
- **Ações:** Títulos que representam, para o investidor, uma fração do capital social de uma empresa. A rentabilidade está vinculada à variação do preço da ação em bolsa de valores.

Monitoramento do Desempenho: Para verificação do desempenho dos investimentos do plano, são utilizados os seguintes referenciais do mercado financeiro:

- **CDI:** É a sigla de Certificado de Depósito Interbancário. A taxa média diária do CDI é utilizada como referencial para o custo do dinheiro (ou seja, os juros). Serve para avaliar a rentabilidade das aplicações, por exemplo, do segmento de renda fixa;
- **IBOVESPA:** É a sigla de Índice da Bolsa de Valores de São Paulo. Apura o desempenho médio das ações negociadas na bolsa integrantes do referido indicador. A variação pode ser positiva ou negativa em determinado período. Serve para avaliar a rentabilidade das aplicações do segmento de renda variável.

Meta Atuarial: É exigência normativa que todo plano de benefícios previdenciários tenha uma taxa mínima atuarial, mais conhecida como META ATUARIAL, que é a rentabilidade mínima que deve ser obtida na aplicação dos investimentos, com vistas a garantir o cumprimento integral dos seus compromissos futuros, ou seja, o pagamento dos benefícios a todos os participantes e beneficiários do plano.

A meta é fixada com base no estudo técnico realizado pelo atuário, que é o profissional que estrutura planos de previdência, calculando probabilidades de eventos, avaliando riscos, fixando prêmios, indenizações, benefícios e reservas técnicas.

O Tipo de Gestão dos Recursos: Na Fundação a gestão dos recursos dos planos é realizada das seguintes formas:

- **Gestão Interna (Carteira Própria):** Aplicação direta através da aquisição de títulos de renda fixa (exemplos: títulos públicos ou títulos privados);
- **Gestão Terceirizada (Fundos de Investimentos):** Aplicação de cotas de fundos de investimentos de renda fixa, de renda variável ou de investimentos em participações.

Conforme consta na Política de Investimentos dos Planos, a administração adota a gestão mista dos recursos, considerando que esta forma traduz ganhos para o total da carteira, com as seguintes condições:

- **Carteira Própria (Gestão Interna):** Aquisição somente de títulos integrantes do segmento de renda fixa e que apresentam baixo risco de crédito (Exemplo: Títulos Públicos Federais), desde que devidamente respaldados por análise técnica. Não há carteira própria no segmento de renda variável.
- **Fundos de Investimentos (Gestão Terceirizada):** Aplicação de cotas de fundos de investimentos para os segmentos de renda fixa e renda variável, devidamente fundamentada, com monitoramento periódico de avaliação e performance. As alocações em Fundo de Investimentos em Participações são precedidas de análise técnica.

O Tipo e a Forma de Gestão dos Recursos: A carteira própria está vinculada à gestão interna e os fundos de investimentos, à gestão terceirizada. Nos planos administrados pela Fundação prevalece, majoritariamente, a gestão terceirizada, sendo que somente no segmento de renda fixa é que existe alocação sob a forma de gestão interna (carteira própria).

Segmento	Tipo de Gestão	Forma
Renda Fixa	Gestão Interna	Carteira Própria
	Gestão Terceirizada	Fundos de Investimentos (Exclusivos)
Renda Variável	Gestão Terceirizada	Fundos de Investimentos (Exclusivos)
Investimentos Estruturados	Gestão Terceirizada	Fundos de Investimentos (Fechados)

Para os segmentos de renda fixa e renda variável a gestão terceirizada é realizada por meio de fundos exclusivos, ou seja, somente a Fundação como cotista do fundo de investimento.

No segmento de investimentos estruturados a gestão é terceirizada, sendo realizada por meio de fundos de investimentos fechados, que possuem outros cotistas e com prazo pré-estabelecido para o término.

Critério de Registro e Avaliação Contábil: A Resolução CGPC Nº 04 de 30 de janeiro de 2002 estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Todos os títulos e valores mobiliários dos planos administrados pela Fundação estão, em 31 de dezembro de 2015, classificados na categoria de "títulos para negociação", portanto, precificados a valor de mercado.

Custodiante: Os investimentos dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Fundação estão custodiados no BTG Pactual S/A, instituição financeira responsável pela custódia, que tem também como atribuição centralizar o controle do patrimônio da Fundação.

Administrador dos Fundos Exclusivos: A administração dos fundos exclusivos de investimentos é realizada pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A.

5. Despesas Administrativas

No fim de 2015 a PREVIC concluiu a Série de Estudos Nº 6, sobre as despesas administrativas das entidades durante o exercício de 2014.

A Série contemplou 272 fundos de pensão, excluídas as entidades sob intervenção. Adotando os mesmos critérios da Série, a Fundação se enquadra no Grupo B, de Ativo Total entre 2 e 15 milhões de reais, onde se encontram ao todo 47 entidades.

A despesa média anual por participante verificada no Grupo B em 2014 foi de R\$ 1.230,36, com aumento de 4,34% em relação ao ano de 2013. No mesmo período a despesa média anual por participante da Fundação R\$ 124,39 com redução de 10,44% em relação ao ano de 2013.

Ou seja, a nossa despesa média anual por participante corresponde a 10% da média das 47 entidades que compõem o Grupo B. Se considerarmos todas as 272 entidades avaliadas, cuja média foi de R\$ 1.144,30, a nossa corresponde a 11% desse valor.

Entre as 47 entidades do Grupo B a Fundação apresenta a 2ª menor despesa média anual por participante e o 1º menor custo administrativo dentre os fundos de pensão com estrutura administrativa própria. Considerando novamente todas as 272 da Série, apresentamos a 15ª menor despesa média anual por participante. Excluindo as entidades com gestão terceirizada, esta Fundação avança para a 7ª menor despesa média anual por participante em 2014.

6. Plano de Benefícios Previdenciários – GEAPREV

O GEAPREV completou dez anos, com 1.018 participantes ativos.

Recursos Garantidores

Os recursos garantidores do Plano GEAPREV são administrados seguindo o que determinam a legislação e as normas da previdência complementar, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimentos aprovada para o ano de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 os recursos garantidores do Plano GEAPREV totalizaram o valor de R\$ 41.767.115,54 assim composto:

Especificação		R\$	% Total
Investimentos por Segmento	Renda Fixa	32.439.978,06	77,7%
	Renda Variável	7.595.749,81	18,2%
	Investimentos Estruturados	1.753.826,97	4,2%
Disponível (saldo em banco)		8.994,52	0,0%
Exigível Operacional (valores a pagar)		-31.433,82	-0,1%
Recursos Garantidores do GEAPREV		41.767.115,54	100,0%

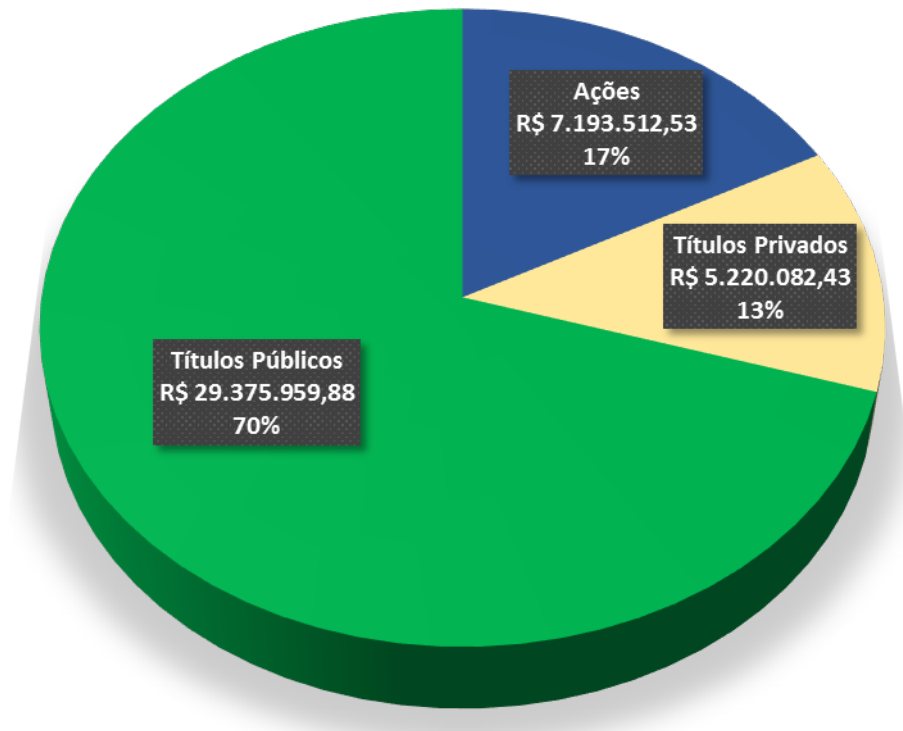
Fonte: Balancete Analítico 12/2015

Conforme pode ser observado, o investimento no segmento de renda fixa é o que possui a maior alocação com praticamente 78% do total dos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos

Visando detalhar a composição dos investimentos, cujo montante é de R\$ 41.789.554,84, demonstramos a distribuição das aplicações financeiras em títulos públicos, títulos privados e ações.

Enquadramento dos Investimentos



Observação: Os Títulos Privados incluem os Fundos de Investimentos em Participações (pertencentes ao segmento de Investimentos Estruturados) e o Saldo de Contas a Pagar/Receber

Meta Atuarial

Com relação à meta atuarial, que consta na política de investimentos do Plano, a taxa estabelecida para 2015 foi de 4% ao ano mais a variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), ou de outra forma, INPC + 4% ao ano.

Em 2015 a meta atuarial do GEAPREV foi de 15,73%.

Rentabilidade Consolidada

De forma sintética, em 2015 a rentabilidade nominal consolidada do GEAPREV foi de 4,68 % ficando, portanto, abaixo da meta atuarial, que acumulou 15,73 % no período (índice de inflação + taxa de juros).

Rentabilidade por Segmento

A rentabilidade nominal consolidada é composta pela rentabilidade de cada segmento de aplicação. No quadro abaixo está demonstrada a rentabilidade por segmento com os respectivos indicadores referenciais e, na sequência, comentários sobre a performance.

Segmento	Rentabilidade	Indicadores referenciais	
Renda Fixa	8,2%	CDI (Taxa de Juros)	13,2%
Renda Variável	-5,7%	IBOVESPA (Bolsa de Valores)	-13,3%
Investimentos Estruturados	-2,4%	Meta atuarial	15,7%
Carteira consolidada	4,7%	Meta atuarial (INPC + 4% ao ano)	15,7%

A seguir a avaliação analítica por segmento:

- **Renda Fixa:** Rentabilidade de 8,22 % ficando abaixo do referencial mercado o CDI que acumulou 13,24% no período. Referido segmento foi impactado pela oscilação das taxas de juros dos títulos públicos integrantes da carteira própria e dos fundos de renda fixa.
- **Renda Variável:** Rentabilidade de -5,67% enquanto o IBOVESPA fechou o ano com uma variação de -13,31 %. Os fundos de ações pertencentes ao segmento de renda variável tiveram desempenho superior ao referencial do mercado de ações.
- **Investimentos Estruturados:** Rentabilidade de -2,38% ocorrida em razão dos Fundos de Investimentos em Participações estarem majoritariamente em fase de aplicação de recursos.

Rentabilidade por Tipo de Gestão

No quadro a seguir está demonstrada, de outra forma, a rentabilidade do Plano GEAPREV em 2015, considerando o detalhamento por tipo de gestão (carteira própria e carteira terceirizada):

Especificação do Segmento			Rentabilidade 2015 (em %)
Renda Fixa	Carteira própria	Títulos Públicos	10,5
		Títulos Privados	7,4
	Fundos de Investimentos	Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)	8,3
Renda Variável	Fundos de Investimentos em Ações (FIA)		-5,7
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimentos em Participações (FIP)		-2,4
Rentabilidade Consolidada			4,7

Fonte: TrustPrev

Composição da Carteira de Investimentos

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Plano GEAPREV por tipo de aplicação, o respectivo gestor e em qual segmento está alocado o investimento, bem como o percentual de cada aplicação em relação ao total dos recursos garantidores:

Segmento	Aplicação		Gestor	R\$	%RG
Renda Fixa	Carteira própria	Títulos Públicos Federais	Gestão interna	663.775,42	1,6%
	Fundos de Investimentos em Renda Fixa	Geranium Institucional RF	Caixa Econômica Federal	26.972.111,38	64,6%
		Segregar Institucional FIRF	BB Gestão de Recursos DTVM S/A	2.687.863,26	6,4%
		Malibu Institucional FIRF	Sul América Investimentos DTVM S/A	2.116.227,97	5,1%
Renda Variável	Fundos de Investimentos em ações	Modena Institucional GEAP FIA	ARX Investimentos Ltda	3.324.918,03	8,0%
		Geração Futuro FI Ações GEAP	Geração Futuro Gestão de Recursos S/A	2.622.845,33	6,3%
		Titanium Institucional FIA	Multinvest Capital Adm. de Recursos	873.480,57	2,1%
		Veneza Institucional GEAP FI Ações	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	774.505,88	1,9%
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimentos em Participações	P2 Brasil Infraestrutura FIQ de FIP	P2 Gestão de Recursos Ltda	660.822,46	1,6%
		Patria Special Opportunities	Pátria Investimentos Ltda	592.490,58	1,4%
		FIP Kinea Private Equity II	Kinea Investimentos Ltda	298.505,40	0,7%
		Rio Bravo Energia I FIP	Rio Bravo Investimentos Ltda	202.008,56	0,5%
Investimentos (Renda Fixa + Renda Variável + Inv. Estruturados)				41.789.554,84	100,1%
Disponível (saldo em banco)				8.994,52	0,0%
Exigível Operacional (valores a pagar)				-31.433,82	-0,1%
RG - Recursos Garantidores (Investimentos + Disponível - Exigível Operacional)				41.767.115,54	100,0%

Enquadramento dos Investimentos

O Plano GEAPREV está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimento do Plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN 3.792, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

Composição dos Recursos Garantidores em 2014 e 2015

O demonstrativo abaixo apresenta as alocações dos recursos garantidores do Plano GEAPREV, por segmento e por tipo de gestão, no final dos exercícios de 2014 e 2015.

Segmento	Especificação		31/12/2014		31/12/2015	
			R\$	%RG	R\$	%RG
Renda Fixa	Carteira própria	Títulos Públicos e Privados	4.746.116,32	13,5%	663.775,42	1,6%
	Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)		20.679.136,37	58,8%	31.776.202,64	76,1%
Renda Variável	Fundo de Investimentos em Ações (FIA)		8.052.658,37	22,9%	7.595.749,81	18,2%
Investimentos Estruturados	Fundo de Investimentos em Participações (FIP)		1.660.190,69	4,7%	1.753.826,97	4,2%
Investimentos (Renda Fixa + Renda Variável + Inv. Estruturados)			35.138.101,75	99,9%	41.789.554,84	100,1%
Disponível (saldo em banco)			10.595,35	0,0%	8.994,52	0,0%
Valores a receber			38.488,91	0,1%	0,00	0,0%
Exigível Operacional (valores a pagar)			-5.778,52	0,0%	-31.433,82	-0,1%
RG - Recursos Garantidores (Investimentos + Disponível - Exigível Operacional)			35.181.407,49	100,0%	41.767.115,54	100,0%

Para melhor compreensão registramos comentários sobre a distribuição e movimentação dos investimentos em 2015, bem como a comparação da alocação em relação ao ano anterior:

- **Renda Fixa:** Em 2015 manteve a concentração da maior parcela dos investimentos com praticamente 78% dos recursos garantidores, com incremento de mais de 5% em relação aos 72% do ano de 2014. O aumento ocorreu preponderantemente em razão das aplicações em fundos de investimentos de renda fixa: fluxo de caixa e recebimento.
- **Renda Variável:** Em 2015 fechou com alocação de aproximados 18%, tendo reduzido sua participação em quase 5% em relação ao ano de 2014 que terminou com praticamente 23 % alocado no segmento. Em 2015 não foi efetuada aplicação neste segmento, apenas a manutenção das alocações em fundos de investimentos de ações.
- **Investimentos Estruturados:** Em 2015, apesar do valor aplicado ser superior ao que foi recebido referente rendimentos, houve a redução da participação relativa para 4,20% em razão do aumento dos recursos garantidores, especificamente do segmento de renda fixa.

Custos da Gestão Terceirizada

Os custos com a gestão terceirizada (aplicações efetuadas por meio de fundos de investimentos) estão demonstrados de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC Nº 13, de 1º de outubro de 2004.

Descrição	R\$
Auditoria	1.713,01
Comissão de fiança	10.619,55
Consultoria	2.549,28
Controladoria	1.751,71
Corretagem BM&F	132,81
Custódia	6.762,60
Despesas administrativas	651,93
Despesas com cartório	228,70
Jurídico e desp.dvs.	269,40
Taxa de administração	80.912,91
Taxa de fiscalização da CVM	3.939,60
Taxa de gestão	59.967,25
Taxas Cetip / Selic / Anbima	3.529,80
Total	173.028,55

Despesas Administrativas

As despesas administrativas do Plano GEAPREV são apuradas de acordo com o regulamento e os critérios constantes no Plano de Gestão Administrativa - PGA. A despesa administrativa por participante dos planos administrados pela Fundação é uma das menores do sistema de previdência complementar brasileiro.

Despesas Administrativas		R\$
Administração previdencial	Pessoal e encargos	211.752,75
	Treinamentos, congressos e seminários	1.110,52
	Viagens e estadias	2.250,75
	Serviços de terceiros	31.408,53
	Despesas gerais	52.278,43
	Depreciações e amortizações	3.939,26
	Tributos	26.860,94
	Subtotal	329.601,18
Administração dos investimentos	Pessoal e encargos	42.110,42
	Treinamentos, congressos e seminários	222,16
	Viagens e estadias	512,08
	Serviços de terceiros	9.390,42
	Despesas gerais	8.083,20
	Depreciações e amortizações	788,04
	Subtotal	61.106,32
Total	390.707,50	

6.1. Política de Investimentos GEAPREV 2015

Resumo – em atendimento à Resolução CGPC Nº 23, de 6/12/2006

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ (Responsável junto à Previc)			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Aubiérgio Barros de Souza Filho	338.835.054-04	Interventor

Objetivos da Gestão: O objetivo da Fundação é administrar os recursos do Plano GEAPREV de forma eficiente e econômica, através da assunção dos níveis de riscos admitidos em prol da rentabilidade que atenda no mínimo a evolução de seu passivo previdencial. Para a consecução de seu objetivo, a Fundação utilizará filosofia de investimentos para cada segmento em que atua e que reflita máxima eficiência alocativa, de tal sorte que produza rentabilização com solidez e liquidez adequada para o cumprimento de suas obrigações, traduzidas pelo fluxo líquido previdenciário.

Taxa Mínima Atuarial - Índice de Referência		
Período de referência	Indexador	Taxa de juros
jan a dez /2015	INPC	4% ao ano

Na tentativa de obter independência na construção de variáveis macroeconômicas, vitais para a definição da estratégia de investimentos, a Fundação contratou os serviços da Risk Office, empresa que presta serviços de consultoria especializada para o mercado financeiro e para Fundos de Pensão.

Cenário Macroeconômico						
Indicador	Especificação	2015	2016	2017	2018	2019
Selic Nominal	Taxa de juros básica	12,50%	11,25%	10,50%	10,00%	10,00%
IBOVESPA	Bolsa de Valores	17,56%	16,26%	15,47%	14,95%	14,95%
Multimercado	Fundos de Investimentos	14,06%	12,66%	11,81%	11,25%	11,25%
Inflação INPC	IBGE	6,21%	5,93%	5,46%	5,33%	5,07%

Fonte: Risk Office

Índice de Referência - Meta			
Segmento		Índice de Referência	Meta
Renda Fixa	Gestão de terceiros	CDI/IMA	INPC + 4% ao ano
	Carteira própria	CDI	
Renda Variável	Gestão de terceiros	IBOVESPA, IGC, IBX	
Investimentos Estruturados			
Operações com Participantes			

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	44	100	55
Renda Variável	0	30	26
Investimentos Estruturados	0	16	14
Investimentos Exterior no	0	0	0
Imóveis	0	0	0
Operações Participantes com	0	10	5

Alocação por Emissor		
Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)
Tesouro Nacional	40	100
Instituição Financeira	0	20
Companhia aberta com registro na CVM	0	10
Organismo multilateral	0	10
Companhia securitizadora	0	10
FIDC/FICFIDC	0	5
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0	10
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10
FI/FICFI Classificados no segmento de Investimentos Estruturados	0	16

Concentração por Emissor		
Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0	25
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou SPE	0	25
% do PL de uma mesma instituição financeira	0	25
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0	25
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados	0	25
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos no exterior	0	25
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil	0	25
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0	25

Concentração por Investimento		
Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0	25
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	25
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0	25

Rentabilidade (%)		
Emissor	2013	2014
Plano	2,24	9,92
Renda Fixa	3,77	13,07
Renda Variável	-2,72	0,23
Investimentos Estruturados	4,32	10,09

Controle de Risco

Risco de Mercado: Utiliza-se como indicador principal de risco de mercado a metodologia de Value at Risk – VaR com os tratamentos e ajustes inerentes ao desenvolvimento da modelagem matemática, os quais presumem-se minorar as fragilidades mercadológicas do conceito, traduzindo-se a preservação de capital em medida ex-ante de avaliação. São definidos os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, horizonte de tempo de 21 dias úteis.

Risco de Crédito: Qualquer aplicação, no referido segmento, deverá ser avaliada de acordo com o que estabelece a normatização interna quanto aos processos de investimentos mobiliários da Fundação visando minimizar este tipo de risco. Seguindo referidos critérios o Plano GEAPREV poderá assumir risco de crédito tanto na carteira própria quanto na carteira terceirizada, tendo por base classificação efetuada por agência de risco.

Risco de Liquidez: Diante de um conceito maior, o risco de liquidez da Fundação é avaliado no momento do estudo de seu ALM, ou seja, a Fundação norteia a aplicação de seus recursos pela indicação, mas não somente, de necessidades de atendimento de seu fluxo de caixa previdenciário, o qual sinaliza a liquidez do *portfólio* para pleno atendimento das obrigações.

Risco Legal: Este risco está relacionado, por exemplo, com o questionamento jurídico na execução dos contratos, os quais são submetidos à apreciação de seu departamento jurídico.

Risco Operacional: Caberá à área especificada em normativo verificar se os procedimentos realizados para a gestão dos investimentos tanto da carteira própria, quanto da carteira terceirizada, estão de acordo com os preceitos recomendáveis e atendem ao padrão necessário à segurança da Fundação, em especial no que se refere às operações efetivadas no mercado financeiro.

Risco Sistêmico: Pode ser definido como a probabilidade de ocorrer perdas acumuladas devido a um evento que dá início a uma série de prejuízos sucessivos ao longo de uma cadeia de instituições ou mercados, que compõem um sistema. Especificamente no caso da Fundação será efetuado o acompanhamento dos aspectos correlatos ao mercado financeiro e, em particular, da atuação do Banco Central do Brasil no que se refere às instituições financeiras.

Controle pela Divergência Não Planejada – DNP: O cálculo da Divergência Não Planejada – DNP definida pela diferença entre a rentabilidade verificada e a taxa mínima atuarial (INPC + 4% ao ano) é apurada de acordo com a legislação vigente e com os parâmetros estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

7. Plano de Pecúlio Facultativo – PPF

O PPF terminou o ano de 2015 com 55.355 participantes.

Recursos Garantidores do PPF

Os recursos garantidores do Plano Pecúlio Facultativo são administrados seguindo o que determina a legislação e as normas da previdência complementar, bem como os critérios estabelecidos na Política de Investimentos aprovada para o ano de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 os recursos garantidores do Plano Pecúlio Facultativo totalizam o valor de R\$ 2.099.423.964,64, assim composto:

Especificação		R\$	% Total
Investimentos por Segmento	Renda Fixa	1.650.056.207,72	78,6%
	Renda Variável	372.592.956,15	17,7%
	Investimentos Estruturados	80.422.301,33	3,8%
Disponível (saldo em banco)		7.637,28	0,0%
Exigível Contingencial		-34.275.475,69	-1,6%
Depósito Judicial		30.620.340,86	1,5%
Recursos Garantidores do PPF		2.099.423.967,64	100,0%

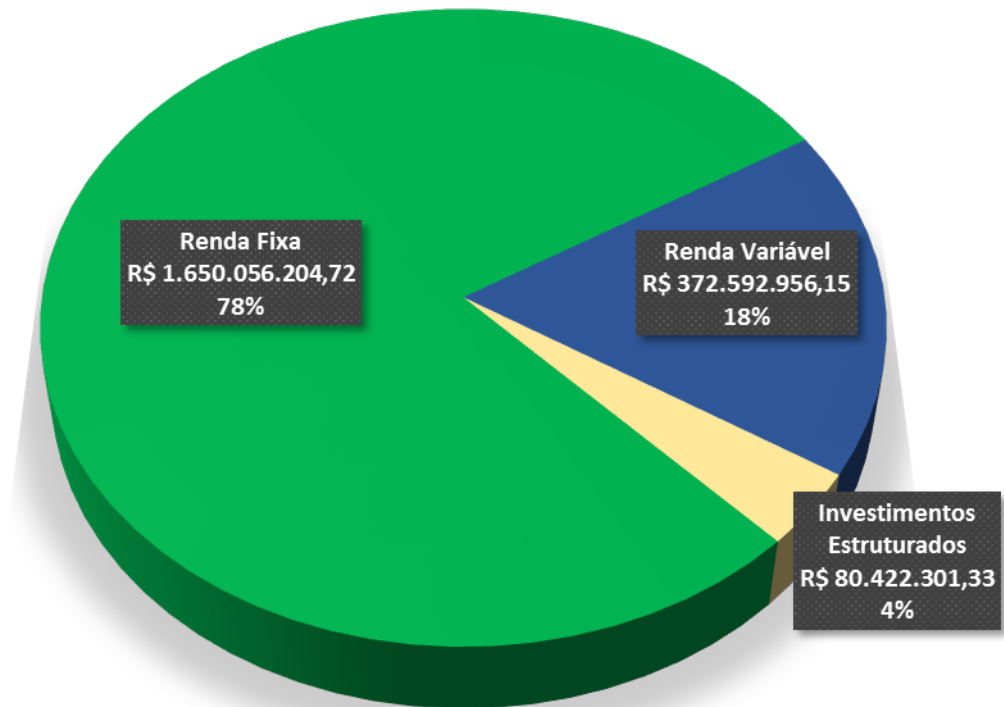
Fonte: Balancete Analítico 12/2015

Conforme pode ser observado, o investimento no segmento de renda fixa é o que possui a maior alocação com praticamente 79% do total dos recursos garantidores.

Distribuição dos Investimentos

Visando detalhar a composição dos investimentos, cujo montante é de R\$ 2.103.071.462,25 demonstramos a seguir como a distribuição das aplicações financeiras em títulos públicos, títulos privados e ações.

Aplicações por Segmento



Meta Atuarial

Com relação à meta atuarial, que consta na política de investimentos do Plano, a taxa estabelecida para 2015 foi de 3,75% ao ano mais a variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), ou de outra forma, INPC + 3,75% ao ano.

Em 2015 a meta atuarial do Plano Pecúlio Facultativo foi de 15,45%.

Rentabilidade Consolidada

De forma sintética, a rentabilidade nominal consolidada do Plano de Pecúlio Facultativo em 2015 foi de 5,32 % ficando, portanto, abaixo da meta atuarial, que acumulou 15,45 % no período (índice de inflação + taxa de juros).

Rentabilidade por Segmento

A rentabilidade nominal consolidada é composta pela rentabilidade de cada segmento de aplicação. No quadro abaixo está demonstrada a rentabilidade por segmento com os respectivos indicadores referenciais e, na sequência, comentários sobre a performance.

Segmento	Rentabilidade	Indicadores referenciais	
Renda Fixa	9,0%	CDI (Taxa de Juros)	13,2%
Renda Variável	-6,7%	IBOVESPA (Bolsa de Valores)	-13,3%
Investimentos Estruturados	-5,6%	Exigível atuarial	15,5%

- **Renda Fixa:** Rentabilidade de 9,01 % ficando abaixo do referencial mercado o CDI que acumulou 13,24% no período. Referido segmento foi impactado pela oscilação das taxas de juros dos títulos públicos integrantes da carteira própria e dos fundos de renda fixa.
- **Renda Variável:** Rentabilidade de -6,71% enquanto o IBOVESPA fechou o ano com uma variação de -13,31 %. Os fundos de ações pertencentes ao segmento de renda variável tiveram desempenho superior ao referencial do mercado de ações.
- **Investimentos Estruturados:** Rentabilidade de -5,57% ocorrida em razão dos Fundos de Investimentos em Participações estarem majoritariamente em fase de aplicação de recursos.

Rentabilidade por Tipo de Gestão

No quadro abaixo está demonstrada, de outra forma, a rentabilidade do Plano de Pecúlio Facultativo em 2015, considerando o detalhamento por tipo de gestão (carteira própria e carteira terceirizada):

Especificação do Segmento			Rentabilidade 2015 (em %)
Renda Fixa	Carteira própria	Títulos Públicos	8,1
	Fundos de Investimentos	Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)	8,4
		FIDC	67,7
Renda Variável	Fundos de Investimentos em Ações (FIA)		-6,7
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimentos em Participações (FIP)		-5,6
Total dos investimentos			5,3

Fonte: TrustPrev

A expressiva rentabilidade dos FIDC ocorreu em razão do recebimento de parcela dos valores anteriormente provisionados. No momento da provisão, realizada em anos anteriores, houve o impacto negativo sobre a rentabilidade. Por outro lado, o recebimento de valores em 2015 proporcionou a rentabilidade positiva de 67,71 % nos FIDCs. Referida aplicação representa pouco mais de 1% do total dos investimentos.

Composição da Carteira de Investimentos

O quadro a seguir demonstra a carteira de investimentos do Pecúlio Facultativo por tipo de aplicação, o respectivo gestor e em qual segmento está alocado o investimento, bem como o percentual de cada aplicação em relação ao total dos recursos garantidores:

Segmento	Aplicação		Gestor	R\$	%RG
Renda Fixa	Carteira própria	Títulos Públicos Federais	Gestão interna	411.793.724,13	19,6%
	Fundos de Investimentos em Renda Fixa	Florença Institucional GEAP FIRF	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	43.304.583,11	2,1%
		Geranium Institucional RF	Caixa Econômica Federal	973.551.106,01	46,4%
		Segregar Institucional FIRF	BB Gestão de Recursos DTVM S/A	88.917.173,70	4,2%
		Malibu Institucional FIRF	Sul América Investimentos DTVM S/A	109.480.276,80	5,2%
	Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	Eco Multi Commodities	Eco Agro	17.484.955,22	0,8%
		Vinci Crédito e Desenvolvimento	Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	5.524.385,78	0,3%
Renda Variável	Fundos de Investimentos em ações	Modena Institucional GEAP FIA	ARX Investimentos Ltda	98.911.878,21	4,7%
		Geração Futuro FI Ações GEAP	Geração Futuro Gestão de Recursos S/A	153.555.094,59	7,3%
		Titanium Institucional FIA	Multinvest Capital Adm. de Recursos	57.927.192,50	2,8%
		Veneza Institucional GEAP FI Ações	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda	62.198.790,85	3,0%
Investimentos Estruturados	Fundos de Investimentos em Participações	P2 Brasil Infraestrutura FIQ de FIP	P2 Gestão de Recursos Ltda	25.772.074,67	1,2%
		Patria Special Opportunities	Pátria Investimentos Ltda	29.624.528,35	1,4%
		FIP Kinea Private Equity II	Kinea Investimentos Ltda	14.925.270,13	0,7%
		Rio Bravo Energia I FIP	Rio Bravo Investimentos Ltda	10.100.428,18	0,5%
Investimentos (Renda Fixa + Renda Variável + Inv. Estruturados)				2.103.071.462,25	100,2%
Disponível (saldo em banco)				7.637,28	0,0%
Exigível Contingencial				-34.275.475,69	-1,6%
Depósito Judicial				30.620.340,86	1,5%
RG - Recursos Garantidores (Investimentos + Disponível - Exigível Contingencial)				2.099.423.964,64	100,0%

Enquadramento dos Investimentos

O Plano de Pecúlio Facultativo está enquadrado em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimento do Plano e limites de alocação dos recursos garantidores, estabelecidos na Resolução CMN 3.792, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

Composição dos Recursos Garantidores em 2014 e 2015

O demonstrativo abaixo apresenta as alocações dos recursos garantidores do Plano Pecúlio Facultativo, por segmento e por tipo de gestão, no final dos exercícios de 2014 e 2015.

Segmento	Especificação		31/12/2014		31/12/2015	
			R\$	%RG	R\$	%RG
Renda Fixa	Carteira própria	Títulos Públicos e Privados	625.962.206,76	30,7%	411.793.724,13	19,6%
	Fundos de Investimentos em Renda Fixa (FIRF)		939.890.752,02	46,1%	1.238.262.480,62	59,0%
Renda Variável	Fundo de Investimentos em Ações (FIA)		399.375.659,42	19,6%	372.592.956,15	17,7%
Investimentos Estruturados	Fundo de Investimentos em Participações (FIP)		77.319.368,37	3,8%	80.422.301,33	3,8%
Investimentos (Renda Fixa + Renda Variável + Inv. Estruturados)			2.042.547.986,57	100,2%	2.103.071.462,25	100,2%
Exigível Contingencial			-33.765.367,79	-1,7%	-34.275.475,69	-1,6%
Depósitos			0,00	0,0%	7.637,28	0,0%
Depósito Judicial			30.115.156,10	1,5%	30.620.340,86	1,5%
RG - Recursos Garantidores (Investimentos + Exigível Contingencial + Depósitos + Depósito Judicial)			2.038.897.774,88	100,0%	2.099.423.964,64	100,0%

Para melhor compreensão registramos comentários sobre a distribuição e movimentação dos investimentos em 2015, bem como a comparação da alocação em relação ao ano anterior:

- **Renda Fixa:** Em 2015 manteve a concentração da maior parcela dos investimentos com praticamente 79% dos recursos garantidores, sem alteração significativa em relação aos 77% do ano de 2015.
- **Renda Variável:** Em 2015 fechou com alocação de aproximados 18%, tendo reduzido sua participação em relação ao ano de 2015 que terminou com praticamente 20% alocado no segmento. Em 2015 não foi efetuada aplicação neste segmento, apenas a manutenção das alocações em fundos de investimentos de ações.
- **Investimentos Estruturados:** Em 2015, houve a manutenção do percentual de alocação neste segmento.

Custos da Gestão Terceirizada

Os custos com a gestão terceirizada (aplicações efetuadas por meio de fundos de investimentos) estão demonstrados de acordo com o que estabelece o parágrafo único do artigo 17 da Resolução CGPC Nº 13, de 1º de outubro de 2004.

Descrição	R\$
Auditoria	86.298,77
Cartório	26.841,13
Comissão de fiança	530.977,42
Consultoria	358.442,51
Controladoria	78.487,16
Corretagem BM&F	13.531,43
Custódia	633.910,76
Gestão	3.095.174,20
Jurídico	686.004,96
Outras despesas adm.	64.297,73
Outros	25.597,83
Taxa de administração	4.048.307,58
Taxa de fiscalização da CVM	264.393,35
Taxas Cetip / Selic / Anbima	200.107,46
Total	10.112.372,29

Despesas Administrativas

As despesas administrativas do Plano de Pecúlio Facultativo são apuradas de acordo com o regulamento e os critérios constantes no Plano de Gestão Administrativa – PGA. Importante ressaltar que a despesa administrativa por participante dos planos administrados pela Fundação é uma das menores do sistema de previdência complementar brasileiro.

Despesas Administrativas		R\$
Administração previdencial	Pessoal e encargos	3.671.421,52
	Treinamentos, congressos e seminários	19.254,52
	Viagens e estadias	39.024,15
	Serviços de terceiros	544.568,89
	Despesas gerais	906.416,43
	Depreciações e amortizações	68.299,87
	Tributos	465.721,53
	Subtotal	5.714.706,91
Administração dos investimentos	Pessoal e encargos	730.120,79
	Treinamentos, congressos e seminários	3.851,83
	Viagens e estadias	8.878,60
	Serviços de terceiros	162.813,45
	Despesas gerais	140.148,61
	Depreciações e amortizações	13.663,23
	Subtotal	1.059.476,51
Total	6.774.183,42	

7.1. Política de Investimentos PPF 2015

Resumo – em atendimento à Resolução CGPC Nº 23, de 6/12/2006

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ (Responsável junto à Previc)			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Aubiérgio Barros de Souza Filho	338.835.054-04	Interventor

Objetivos da Gestão: O objetivo da Fundação é administrar os recursos do Plano PPF de forma eficiente e econômica, através da assunção dos níveis de riscos admitidos em prol da rentabilidade que atenda no mínimo a evolução de seu passivo previdencial. Para a consecução de seu objetivo, a Fundação utilizará filosofia de investimentos para cada segmento em que atua e que reflita máxima eficiência alocativa, de tal sorte que produza rentabilização com solidez e liquidez adequada para o cumprimento de suas obrigações, traduzidas pelo fluxo líquido previdenciário.

Taxa Mínima Atuarial - Índice de Referência		
Período de referência	Indexador	Taxa de juros
jan a dez /2015	INPC	3,75% ao ano

Na tentativa de obter independência na construção de variáveis macroeconômicas, vitais para a definição da estratégia de investimentos, a Fundação contratou os serviços da Risk Office, empresa que presta serviços de consultoria especializada para o mercado financeiro e para Fundos de Pensão.

Cenário Macroeconômico						
Indicador	Especificação	2015	2016	2017	2018	2019
Selic Nominal	Taxa de juros básica	12,50%	11,25%	10,50%	10,00%	10,00%
IBOVESPA	Bolsa de Valores	17,56%	16,26%	15,47%	14,95%	14,95%
Multimercado	Fundos de Investimentos	14,06%	12,66%	11,81%	11,25%	11,25%
Inflação INPC	IBGE	6,21%	5,93%	5,46%	5,33%	5,07%

Fonte: Risk Office

Índice de Referência - Meta			
Segmento		Índice de Referência	Meta
Renda Fixa	Gestão de terceiros	CDI/IMA	INPC + 3,75% ao ano
	Carteira própria	CDI	
Renda Variável	Gestão de terceiros	IBOVESPA, IGC, IBX	
Investimentos Estruturados			
Investimentos no Exterior			
Imóveis			
Operações com Participantes			

Alocação de Recursos			
Segmento	Mínimo (%)	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	52	100	66
Renda Variável	0	23	20
Investimentos Estruturados	0	9	8
Investimentos no Exterior	0	1	1
Imóveis	0	5	0
Operações com Participantes	0	10	5

Alocação por Emissor		
Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)
Tesouro Nacional	60	100
Instituição Financeira	0	20
Companhia aberta com registro na CVM	0	10
Organismo multilateral	0	10
Companhia securitizadora	0	10
FIDC/FICFIDC	0	5
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0	10
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10
FI/FICFI Classificados no segmento de Investimentos Estruturados	0	9

Concentração por Emissor		
Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)
% do capital votante de uma mesma companhia aberta	0	25
% do capital total de uma mesma companhia aberta ou SPE	0	25
% do PL de uma mesma instituição financeira	0	25
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhia aberta	0	25
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados	0	25
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimentos no exterior	0	25
% do PL de fundo de índice no exterior negociado em bolsa de valores no Brasil	0	25
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	0	25

Concentração por Investimento		
Emissor	Mínimo (%)	Máximo (%)
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	0	25
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	25
% de um mesmo empreendimento imobiliário	0	25

Rentabilidade (%)		
Emissor	2013	2014
Plano	2,24	9,92
Renda Fixa	3,77	13,07
Renda Variável	-2,72	0,23
Investimentos Estruturados	4,32	10,09

Controle de Risco

Risco de Mercado: Utiliza-se como indicador principal de risco de mercado a metodologia de Value at Risk – VaR com os tratamentos e ajustes inerentes ao desenvolvimento da modelagem matemática, os quais presumem-se minorar as fragilidades mercadológicas do conceito, traduzindo-se a preservação de capital em medida ex-ante de avaliação. São definidos os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Modelo paramétrico, intervalo de confiança de 95%, horizonte de tempo de 21 dias úteis.

Risco de Crédito: Qualquer aplicação, no referido segmento, deverá ser avaliada de acordo com o que estabelece a normatização interna quanto aos processos de investimentos mobiliários da Fundação visando minimizar este tipo de risco. Seguindo referidos critérios o Plano PPF poderá assumir risco de crédito tanto na carteira própria quanto na carteira terceirizada, tendo por base classificação efetuada por agência de risco.

Risco de Liquidez: Diante de um conceito maior, o risco de liquidez da Fundação é avaliado no momento do estudo de seu ALM, ou seja, a Fundação norteia a aplicação de seus recursos pela indicação, mas não somente, de necessidades de atendimento de seu fluxo de caixa previdenciário, o qual sinaliza a liquidez do *portfólio* para o pleno atendimento das obrigações.

Risco Legal: Este risco está relacionado, por exemplo, com o questionamento jurídico na execução dos contratos, os quais são submetidos à apreciação de seu departamento jurídico.

Risco Operacional: Caberá à área especificada em normativo verificar se os procedimentos realizados para a gestão dos investimentos tanto da carteira própria, quanto da carteira terceirizada, estão de acordo com os preceitos recomendáveis e atendem ao padrão necessário à segurança da Fundação, em especial no que se refere às operações efetivadas no mercado financeiro.

Risco Sistêmico: Pode ser definido como a probabilidade de ocorrer perdas acumuladas devido a um evento que dá início a uma série de prejuízos sucessivos ao longo de uma cadeia de instituições ou mercados, que compõem um sistema. Especificamente no caso da Fundação será efetuado o acompanhamento dos aspectos correlatos ao mercado financeiro e, em particular, da atuação do Banco Central do Brasil no que se refere às instituições financeiras.

Controle pela Divergência Não Planejada – DNP: O cálculo da Divergência Não Planejada – DNP definida pela diferença entre a rentabilidade verificada e a taxa mínima atuarial (INPC + 3,75 % ao ano) é apurada de acordo com a legislação vigente e com os parâmetros estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Anexos

Balanco Patrimonial Consolidado



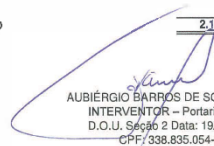
SOB INTERVENÇÃO

QUADRO 1

FUNDAÇÃO GEAPREVIDÊNCIA

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DE 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	NOTAS	2015	2014	PASSIVO	NOTAS	2015	2014
DISPONÍVEL		24	25	EXIGÍVEL OPERACIONAL		1.480	7.300
REALIZÁVEL		2.187.360	2.125.328	Gestão Previdencial	6.1	815	6.602
Gestão Previdencial	4,1	4.916	8.394	Gestão Administrativa	6.2	665	698
Gestão Administrativa	4,2	434	2.442	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7	37.933	37.846
Investimentos	4,3	2.182.030	2.114.492	Gestão Previdencial		3.658	4.061
Títulos Públicos		412.458	544.433	Investimentos		34.275	33.785
Créditos Privados e Depósitos		-	86.275	PATRIMÔNIO SOCIAL		2.148.436	2.080.725
Agões		-	407.428	Patrimônio de Cobertura do Plano		1.963.243	2.000.520
Fundos de Investimentos		1.738.952	1.046.246	Provisões Matemáticas	8.1	1.604.138	1.459.108
Depósitos Judiciais		30.620	30.110	Benefícios a Conceder		1.604.138	1.459.108
PERMANENTE	5	445	518	Equilíbrio Técnico	8.2	359.105	541.412
Imobilizado		445	518	Resultado Realizados		359.105	541.412
				Superávit Técnico Acumulado		359.105	541.412
				Fundos	8.3	185.193	80.205
				Fundos Previdenciais		178.423	71.238
				Fundos Administrativos		6.770	8.967
TOTAL DO ATIVO		2.187.849	2.125.871	TOTAL DO PASSIVO		2.187.849	2.125.871


AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
 INTERVENTOR – Portaria nº 415
 D.O.U. Seção 2 Data: 19/08/2013
 CPF/338.835.054-04


JÚLIO CESAR MEDEIROS PASQUALETO
 Contador
 CPF: 484.111.400-91
 CRC/RS: 47.048.0-0-DF

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3

Demonstração da Mutação do Patrim nio Social – Consolidada



SOB INTERVENÇÃO

QUADRO 2

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA


DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA

EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$)

Descri�o	Notas	2015	2014	Variacão %
A) Patrim�nio Social - início do exercício		2.080.725	1.884.513	10
1. Adi�es		191.210	305.998	(38)
Contribui�es Previdenciais		76.228	77.284	(1)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial		110.014	222.760	(51)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		-	525	(100)
Receitas Administrativas	9.1	4.148	4.450	(7)
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa		820	979	(16)
		(123.499)	(109.786)	12
2. Destina�es		(115.293)	(102.253)	13
Benefícios		(115.293)	(102.253)	13
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		(1.041)	-	0
Despesas Administrativas	9.2	(7.165)	(7.533)	(5)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrim�nio Social (1+2)		67.711	196.212	(65)
Provisões Matemáticas	8.1	145.030	9.338	1453
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício		(182.307)	184.443	(199)
Fundos Previdenciais		107.185	4.535	2264
Fundos Administrativos	8.3	(2.197)	(2.104)	4
4. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) - Patrim�nio Social - Final do Exercício (A+3+4)		2.148.436	2.080.725	3


AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
 INTERVENTOR – Portaria n  415
 D.O.U. Se o 2 Data: 19/08/2013
 CPF: 838.835.054-04


JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
 Gestador
 CPF: 484.111.400-91
 CRC/RS: 47.048.0-0-DF

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do PPF



SOB INTERVENÇÃO


QUADRO 3

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais - R\$)

Descri�o	2015	2014	Variacão %
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.036.577	1.846.405	10
1. Adições	180.784	294.494	(39)
Contribuições	72.452	74.041	(2)
Resultado Positivo Líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	108.332	219.928	(51)
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	525	(100)
2. Destinações	(117.462)	(104.322)	13
Benefícios	(112.822)	(100.628)	12
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.041)	-	0
Custeio Administrativo	(3.599)	(3.694)	(3)
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	63.322	190.172	(67)
Provisões Matemáticas	138.814	1.592	8619
Fundos Previdenciais	106.815	4.137	2482
Superávit (Superávit) Técnico do Exercício	(182.307)	184.443	(199)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício - (A+3+4)	2.099.899	2.036.577	3
C) Fundos não previdenciais	6.770	8.967	(25)
Fundos Administrativos	6.770	8.967	(25)


AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
 INTERVENTOR – Portaria n  415
 D.O.U. Seção 2 Data: 19/08/2013
 CPF: 338.835.054-04


JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
 Contador
 CPF: 484.111.400-91
 CRC/RS: 47.048.0-0-DF

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do GEAPREV




SOB INTERVENÇÃO

QUADRO 4

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - GEAPREV EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)

Descri�o	31/12/2015	31/12/2014	Variacão %
A) Ativo Líquido - início do exercício	35.181	27.037	30
1. Adi�o�es	9.447	10.133	(7)
Contribui�o�es	7.765	7.303	6
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.682	2.830	(41)
2. Destina�o�es	(2.861)	(1.989)	44
Benefícios	(2.471)	(1.624)	52
Custeio Administrativo	(390)	(365)	7
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.586	8.144	(19)
Provis�o�es Matemáticas	6.216	7.746	(20)
Fundos Previdenciais	370	398	(7)
4. Opera�o�es Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - final do exercício - final do exercício (A+3)	41.767	35.181	19


AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
 INTERVENTOR – Portaria n  415
 D.O.U. Se o 2 Data: 19/08/2013
 CPF: 338.835.054-04


JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
 Contador
 CPF: 484.111.400-91
 CRC/RS: 47.048.0-0-DF

Demonstração do Ativo Líquido do PPF




SOB INTERVENÇÃO

QUADRO 5

FUNDAÇÃO GEAPREVIDÊNCIA

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Variação %
1. Ativos	2.145.386	2.089.986	3
Disponível	8	5	60
Recebível	11.686	17.323	(33)
Investimento	2.133.692	2.072.658	3
Títulos Públicos	411.794	543.795	(24)
Créditos Privados e Depósitos	-	82.167	(100)
Ações	-	399.376	(100)
Fundos de Investimento	1.691.278	1.017.210	66
Depósitos Judiciais/Rekursais	30.620	30.110	2
2. Obrigações	38.717	44.442	(13)
Operacional	783	6.596	(88)
Contingencial	37.934	37.846	0
3. Fundos não Previdenciais	6.770	8.967	(25)
Fundos Administrativos	6.770	8.967	(25)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.099.899	2.036.576	3
Provisões Matemáticas	1.564.520	1.425.705	10
Superávit Técnico	359.105	541.412	(34)
Fundos Previdenciais	176.274	69.459	154


AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
INTERVENTOR - Portaria nº 415
D.O.U. Seção 2 Data: 19/08/2013
CPF: 338.835.054-04


JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador
CPF: 484.111.400-91
CRC/RS: 47/048.0-0-DF

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7

Demonstração do Ativo Líquido do GEAPREV



SOB INTERVENÇÃO


QUADRO 6


FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - GEAPREV EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Variação %
1. Ativos	41.799	35.181	19
Disponível	9	11	(18)
Recebível	-	38	(100)
Investimento	41.790	35.132	19
Títulos Públicos	664	632	5
Créditos Privados e Depósitos	-	4.108	(100)
Ações	-	8.052	(100)
Fundos de Investimento	41.126	22.340	84
2. Obrigações	32	-	-
Operacional	32	-	-
5. Ativo Líquido (1-2)	41.767	35.181	19
Provisões Matemáticas	39.618	33.402	19
Fundos Previdenciais	2.149	1.779	21


AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
 INTERVENTOR – Portaria nº 415
 D.O.U. Seção 2 Data: 19/08/2013
 CPF: 338.835.054-04


JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
 Contador
 CPF: 484.111.400-91
 CRC/RS: 47.048.0-0-DF

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada




SOB INTERVENÇÃO


QUADRO 7

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.967	11.070	(19)
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.968	5.430	(9)
1.1 Receitas	4.968	5.430	(9)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.989	4.059	(2)
Receitas Diretas	159	391	(59)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	820	980	(16)
2. Despesas Administrativas	7.165	7.533	(5)
2.1 Administração Previdencial	6.044	6.619	(9)
Pessoal e encargos	3.883	3.400	14
Treinamentos/congressos e seminários	20	14	43
Viagens e Estádias	41	3	1267
Serviços de terceiros	576	2.223	(74)
Despesas gerais	959	586	64
Depreciações e amortizações	72	67	7
Tributos	493	326	51
2.2 Administração dos Investimentos	1.121	914	23
Pessoal e encargos	772	503	53
Treinamentos/congressos e seminários	4	18	(78)
Viagens e Estádias	10	11	(9)
Serviços de terceiros	172	334	(49)
Despesas gerais	148	48	208
Depreciações e Amortizações	15	-	-
6. Sobre da Gestão Administrativa (1-2)	(2.197)	(2.103)	4
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(2.197)	(2.103)	4
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	6.770	8.967	(25)


AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
INTERVENTOR – Portaria nº 415
D.O.U. Seção 2 Data: 19/08/2013
CPF: 338.835.054-04


JÚLIO CÉSAR MEIDEIROS PASQUALETO
Contador
CPF: 484.111.400-91
CRC/RS: 47.048.0-0-DF

Demonstração das Provisões Técnicas do PPF



SOB INTERVENÇÃO

QUADRO 8

FUNDAÇÃO GEAPREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.138.615	2.081.018	3
1. Provisões Matemáticas	1.564.520	1.425.705	10
1.1 Benefícios a Conceder	1.564.520	1.425.705	10
Benefício Definido	1.564.520	1.425.705	10
2. Equilíbrio Técnico	359.105	541.412	(34)
2.1 Resultados Realizados	359.105	541.412	(34)
Superávit técnico acumulado	359.105	541.412	(34)
Reserva de contingência	344.194	356.426	(3)
Reserva para revisão de plano	14.911	184.986	(92)
3. Fundos	176.274	69.459	154
3.1 Fundos Previdenciais	176.274	69.459	154
4. Exigível Operacional	783	6.596	(88)
4.1 Gestão Previdencial	783	6.596	(88)
5. Exigível Contingencial	37.933	37.846	0
5.1 Gestão Previdencial	3.658	4.081	(10)
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	34.275	33.765	2


AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
 INTERVENTOR – Portaria nº 415
 D.O.U. Seção 2 Data: 19/08/2013
 CPF: 338.835.054-04


JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
 Contador
 CPF: 484.111.400-91
 CRC/RS: 47.048.0-0-DF

Demonstração das Provisões Técnicas do GEAPREV



SOB INTERVENÇÃO

QUADRO 9

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - GEAPREV
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**
(Em milhares de reais - R\$)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	41.798	35.187	19
1. Provisões Matemáticas	39.618	33.402	19
1.2 Benefícios a Conceder	39.618	33.402	19
Contribuição Definida	39.618	33.402	19
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituição	16.193	13.289	22
Saldo de Contas - parcela participantes Benefício Definido	23.425	20.113	16
3. Fundos	2.148	1.779	21
3.1 Fundos Previdenciais	2.148	1.779	21
4. Exigível Operacional	32	6	433
4.1 Gestão Previdencial	32	6	433

AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
INTERVENTOR – Portaria nº 415
D.O.U. Seção 2 Data: 19/08/2013
CPF: 338.835.054-04

JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador
CPF: 484.111.400-91
CRC/RS: 47.048.0-0-DF

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

SOB INTERVENÇÃO

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.
(Em milhares de Reais)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Fundação GEAPPrevidência (doravante referida como “GEAPPrevidência” ou “Fundação”) é uma entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

A Fundação tem como objetivos a criação, a administração e execução de planos previdenciários. Os recursos necessários são obtidos por meio de contribuições dos patrocinadores e/ou dos participantes, juntamente com os rendimentos das aplicações financeiras.

A GEAPPrevidência administra planos previdenciários que estão devidamente inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, conforme especificados a seguir:

- a) O Plano de Pecúlio Facultativo – PPF (CNPB 1990.0011-65), estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, instituído em 1974 e seu regulamento atual aprovado pela PREVIC por meio da Portaria nº 509, de 27/09/2013, publicada no DOU de 30/09/2013.

Os recursos garantidores do PPF são constituídos com base nas contribuições dos participantes, acrescida da rentabilidade obtida e deduzidos os custos com administração. Neste plano não há qualquer aporte financeiro de patrocinadores.

O benefício principal do plano é o pecúlio por morte, pago aos beneficiários designados por ocorrência do óbito do participante, sendo os demais benefícios opcionais e derivados deste. Todos os benefícios são de pagamento único. Em 31/12/2015, o PPF registra 55.355 participantes.

- b) O Plano de Benefícios Previdenciários GEAPREV (CNPB 2005.0006-47), estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV, autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atualmente PREVIC, por meio da Portaria SPC/MP Nº 188, de 17/03/2005, e o seu regulamento vigente aprovado pela Portaria PREVIC/DTEC Nº 508, de 27/09/2013, publicada no DOU de 30/09/2013.

Os benefícios do plano consistem numa mensalidade apurada com base na reserva individual de poupança formada pelas contribuições pessoal e patronal, acumuladas, enquanto o participante esteve vinculado ao plano, acrescida da rentabilidade obtida e deduzidos os custos com administração. Podem aderir ao plano os empregados da Fundação GEAPPrevidência e da GEAP Autogestão em Saúde, atuais patrocinadores.

O plano oferece os benefícios de aposentadoria programada por idade e tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez ou pecúlio por invalidez. Para os beneficiários do participante, a critério e por opção expressa do mesmo, o plano oferece o pecúlio por morte ou a pensão temporária por morte do participante ativo ou, ainda, a pensão temporária por morte do participante assistido. Em 31/12/2015, o GEAPREV registra 1.018 participantes.

Fundação GEAPPrevidência

SMAS Trecho 03, Conjunto 03, Bloco E, Salas 409 a 416 – Ed. The Union Office – Brasília-DF.

12



FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

SOB INTERVENÇÃO

O Plano de Gestão Administrativa - PGA, por sua vez, tem por objetivo registrar as atividades vinculadas à parte administrativa da Fundação de acordo com regulamento próprio.

A Fundação aplica os recursos financeiros dos planos administrados integralmente no país, não distribuindo dividendos ou participações, sendo o resultado revertido para composição das reservas para cobertura dos benefícios destinados aos participantes e beneficiários dos planos previdenciários sob gestão da GEAPPrevidência.

A escrituração contábil está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios, capazes de assegurar a verificação da sua exatidão.

INTERVENÇÃO

A intervenção na Fundação GEAPPrevidência foi decretada por meio da Portaria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC nº 414 de 16/08/2013, permanecendo em vigor com base nas seguintes Portarias: nº 57 de 11/02/2014, nº 411 de 08/08/2014, nº 63 de 11/02/2015, nº 426 de 05/08/2015 e nº 52 de 04/02/2016.

TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO

Em setembro de 2013 foi aprovada, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, a transferência de gerenciamento dos planos previdenciários da GEAP Fundação de Seguridade Social para a Fundação GEAPPrevidência:

- Plano de Benefícios GEAPREV - CNPB nº 2005.0006-47, por meio da Portaria MPS/PREVIC/DITEC Nº 508 de 27/09/2013 – DOU de 30/09/2013; e
- Plano de Pecúlio Facultativo - CNPB nº 1990.011-65, por meio da Portaria MPS/PREVIC/DITEC Nº 509 de 27/09/2013 - DOU de 30/09/2013.

A partir de 18/10/2013 a Fundação GEAPPrevidência, CNPJ 18.868.955/0001-20, assumiu as atividades relativas especificamente à previdência da GEAP Fundação de Seguridade Social. A transferência de gerenciamento operacional de planos foi plenamente concluída em outubro de 2015, sendo referido processo devidamente formalizado entre as partes, não havendo qualquer pendência a concluir ou acertar a executar.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, estabelecidas pelo atual Conselho Nacional de Previdência Complementar CNPC, do Ministério da Previdência Social-MPS, por meio das Resoluções nº 8, de 31/10/2011 e nº 12, de 19/08/2013, e pela Secretaria de Previdência Complementar, por meio da Instrução nº 34, de 24/09/2009.

As demonstrações são apresentadas em milhares de reais e consolidam as posições dos planos administrados pela Fundação GEAPPrevidência.

Fundação GEAPPrevidência

SMAS Trecho 03, Conjunto 03, Bloco E, Salas 409 a 416 – Ed. The Union Office – Brasília-DF.

13

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentamos, a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das demonstrações contábeis:

3.1. Investimentos

Os títulos para negociação estão registrados pelo valor de mercado de acordo com a Resolução nº 4, de 30/01/2002, do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (MPS).

Ativos de Renda Fixa: operações com rendas definidas (pré ou pós-fixadas), registradas na aplicação pelos valores pagos acrescidos dos rendimentos auferidos "pró-rata temporis", em função dos dias decorridos até a data do balanço, e ajustadas a valor de mercado. Os ágios e deságios corrigidos, amortizados mensalmente e apropriados "pró-rata temporis" às despesas ou receitas pelo prazo que decorre da data de aquisição até o vencimento do título;

Fundos de investimentos: contabilizados pelos valores desembolsados e avaliados pelo valor da quota calculada pelo Administrador.

3.2. Permanente – Imobilizado

Os bens móveis estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em conta o prazo de vida útil.

3.3. Exigível Operacional

Na gestão previdencial constam valores de obrigações decorrentes de pagamentos de benefícios aos participantes e na gestão administrativa pagamentos com pessoal e encargos, fornecedores e obrigações fiscais.

3.4. Provisões Matemáticas

No Plano de Pecúlio Facultativo, as provisões matemáticas referem-se ao resultado dos cálculos atuariais, efetuados por atuário habilitado, e correspondem ao valor presente dos benefícios dos participantes, deduzidos das contribuições futuras.

Nos planos administrados, a conta de benefícios a conceder registra o valor atual dos compromissos futuros da Fundação em relação aos participantes ativos.

3.5. Apuração do resultado do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência. A Demonstração da Mutação do Ativo líquido apresenta a composição do resultado com adições (receitas), destinações (despesas), e os acréscimos e decréscimos representados pela constituição das provisões de custeio para Patrocinadoras e Participantes, formando fundos específicos para cada modalidade de plano.

Fundação GEAPPrevidência

SMAS Trecho 03, Conjunto 03, Bloco E, Salas 409 a 416 – Ed. The Union Office – Brasília-DF.

14

3.6. Alteração de Demonstrativo

A Instrução nº 25, de 17/12/2015, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC alterou parte da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, incluindo mudanças da nomenclatura de algumas contas dos Demonstrativos.

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão previdencial

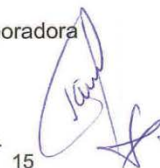
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuições normais - Participantes (a)	2.267	5.699
Contribuições em atraso Participantes	139	355
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	6.901	6.501
Depósito Judicial (c)	(6.762)	(6.146)
Outros Realizáveis	2.510	2.330
TOTAL	4.916	8.394

- (a) Contribuições de participantes do Plano de Pecúlio Facultativo – PPF;
- (b) Provisionamento das contribuições em atraso (Instrução MPS nº 34, de 24/09/2009); e
- (c) Depósitos em contas judiciais para garantir possível condenação de processos cíveis.

4.2. Gestão administrativa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuições para Custeio (a)	262	308
Outros Recursos a Receber (b)	71	-
Outros Realizáveis (c)	101	2.123
TOTAL	434	2.442

- (a) Custeio administrativo do PPF (dez) a repassar para o Plano de Gestão Administrativa;
- (b) Em 2015: adiantamento de férias de R\$ 41 e empréstimo de férias de R\$ 30; e
- (c) Valor acima de 10% do grupo (Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, Anexo A, item 30 k):
 - Em 2014: R\$ 2.023 a receber GEAP Autogestão em Saúde referente alienação de imóvel, sendo que em 2015 foi efetuada a quitação em 12 parcelas mensais devidamente corrigidas. R\$ 100 depósito caução referente imóvel alugado para sede da GEAPPrevidência.
 - Em 2015, permanece o registro do depósito caução a favor da CLX Incorporadora que, incluindo a correção do período, perfaz R\$ 101.



4.3. Investimentos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Títulos públicos (carteira própria)	412.458	544.433
Notas do Tesouro Nacional	412.458	544.433
Créditos Privados e Depósitos	-	86.275
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC – DPGE	-	86.275
Fundos de investimento	1.738.952	1.453.674
Fundos de Investimento em Renda Fixa	1.253.578	946.620
Renda Variável (a)	380.189	407.428
Fundos de Investimentos em Participações (b)	82.176	78.980
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC (c)	23.009	20.646
Depósito Judicial – CDB	30.620	30.110
TOTAL	<u>2.182.030</u>	<u>2.114.492</u>

- (a) O segmento de renda variável é composto por fundos exclusivos de investimentos em ações, com alocação preponderante em ações que integram o índice da bolsa de valores – o IBOVESPA.
- (b) Fundos fechados caracterizados por investimentos de longo prazo.
- (c) Alocação em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Especificação do FIDC	23.009	20.646
Eco Multi Commodities (*)	17.485	15.272
Vinci Crédito e Desenvolvimento I	5.524	4.676
Union National FIDC Financeiro e Mercantis (**)	698	698
(-) Provisão para perdas	(698)	-

(*) Em 2007, a Fundação aplicou R\$ 66.545 no Fundo Eco Multi Commodities, em quotas sêniores classificadas pela agência de riscos Fitch Ratings como investimento de baixo risco de crédito. Até 2015, foi recebido o montante de R\$ 87.028, sendo amortizado integralmente o valor investido e parcela representativa dos rendimentos. O saldo contábil da GEAPPrevidência na carteira de investimentos em 31/12/2015 é de R\$ 17.485.

(**) Em 2008, a Fundação aplicou R\$ 50.450 no Fundo Union National FIDC Financeiro e Mercantis, em quotas sêniores classificadas pela agência de riscos Austin Rating como investimento de baixo risco de crédito. Em 2009, foi amortizado R\$ 4.973, entretanto a acentuada inadimplência, acima de 90% da carteira, ocasionou provisionamento de R\$ 44.778. Em fev/2013, os quotistas protocolaram ação de ressarcimento de perdas e danos no Foro Central Cível de São Paulo (Processo Nº 1002919-82.2013.8.26.0100). Em 2015 a GEAPPrevidência efetuou provisão residual de R\$ 698.

Classificação dos títulos integrantes da carteira de investimentos

De acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, os investimentos podem ser classificados nas categorias "Títulos para Negociação" e/ou "Títulos Mantidos até o Vencimento". Na Fundação GEAPPrevidência todos os títulos estão classificados na categoria "Títulos para Negociação", portanto marcados a preço de mercado.

O parâmetro utilizado na determinação do valor de mercado dos títulos públicos contabilizados na categoria "Títulos para Negociação" é o PU – Preço Unitário da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Para os títulos privados os parâmetros utilizados seguem a metodologia de precificação de ativos constante no manual do custodiante.

Na GEAPPrevidência, os recursos no segmento de renda fixa estão alocados preponderantemente em títulos públicos e títulos privados através da carteira própria e de fundos de investimentos.

A carteira consolidada está demonstrada no quadro a seguir:

Fundos de Investimentos:

<u>TÍTULOS</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
NTN-B	2015	-	46.009
NTN-B	2016	192.686	78.109
NTN-B	2017	28.612	8.895
NTN-B	2018	79.291	61.288
NTN-B	2019	175.264	25.094
NTN-B	2020	100.223	81.047
NTN-B	2022	12.306	56.416
NTN-B	2023	4.091	221
NTN-B	2024	752	34.742
NTN-B	2030	1.356	49.017
NTN-B	2035	1.724	54.381
NTN-B	2040	654	28.953
NTN-B	2045	70.363	78.733
NTN-B	2050	145.953	86.173
NTN-B	2055	43.952	-
LFT	2015	-	28.313
LFT	2017	807	713
LFT	2020	15.558	2.556
LFT	2021	49.244	-
LTN	2014	-	94
LTN	2015	-	25.711
LTN	2016	-	1.770
LTN	2017	-	17.174
LTN	2031	-	81
LTN	2018	-	865

Fundação GEAPPrevidência

SMAS Trecho 03, Conjunto 03, Bloco E, Salas 409 a 416 – Ed. The Union Office – Brasília-DF.

17



TÍTULOS	VENCIMENTO	2015	2014
Debêntures	2015	-	346
Debêntures	2016	-	2.711
Debêntures	2017	4.631	7.337
Debêntures	2018	1.518	14.434
Debêntures	2020	-	2.010
DPGE	2015	-	3.706
LTN-O	2015	-	85.873
LTN-O	2016	66.964	-
LTN-O	2017	17.988	-
LTN-O	2018	22.081	-
LTN-O	2019	632	-
NTN-O	2015	-	30.546
NTN-F	2017	5.762	5.767
NTN-F	2018	283	294
LFS	2018	1.544	2.674
LFS	2019	2.092	1.830
LFS	2021	-	6.464
LFS	2022	22.011	-
LF	2015	-	6.706
LF	2016	14.998	13.163
LF	2017	68.344	-
LF	2018	44.112	-
COMPROMISSADA LTN OVER	2016	61.339	-
COMPROMISSADA NTN-B IPCA	2045	2	-
VALOR A RECEBER TIT.PROVISIONADOS		86.324	89.066
PROVISÃO FUNDO FLORENÇA (*)		(86.324)	(89.066)
FIDC - COTAS SÊNIOR		23.009	20.645
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL		380.189	407.428
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES		82.176	78.979
SALDOS A PAGAR / A RECEBER		(3.558)	(3.596)
TOTAL		1.738.953	1.453.672

Carteira própria:

TÍTULOS	VENCIMENTO	2015	2014
NTN-B	2015	-	140.582
NTN-B	2020	40.615	38.234
NTN-B	2022	54.032	51.914
NTN-B	2024	130.638	127.250
NTN-B	2035	84.742	86.898
NTN-C	2021	33.088	31.148
NTN-C	2031	69.343	68.407
DPGE	2015	-	86.275
CCB		34.076	34.076
Provisão CCB Bolero (**)		(34.076)	(34.076)
TOTAL		412.458	630.708

Fundação GEAPPrevidência

SMAS Trecho 03, Conjunto 03, Bloco E, Salas 409 a 416 – Ed. The Union Office – Brasília-DF.



Substituição do custodiante e do administrador de fundos exclusivos

Em 2015, diante da verificação de inconsistências por parte dos serviços prestados pela instituição financeira responsável pela administração dos fundos de investimentos, tornou-se necessária a realização de processo de seleção de administrador de fundos exclusivos da fundação e de custodiante centralizador dos investimentos dos planos da entidade.

Referido procedimento está devidamente fundamentado na Nota Técnica 04/2015 e resultou na contratação do BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM como administrador dos fundos exclusivos em substituição a BEM DTVM LTDA, e do BTG Pactual S/A como custodiante em substituição ao Banco Bradesco S/A. As transferências para as referidas instituições financeiras ocorreram no mês de julho de 2015.

Provisões

A provisão para devedores duvidosos – PDD é registrada quando há descumprimento por parte do emissor do título das suas obrigações contratuais de pagamentos ao investidor.

(*) Fundos de Investimentos: Em 2014 o fundo Florença Renda Fixa incorporou o fundo Primazia Crédito Privado, esse representado por títulos privados já integralmente provisionados em virtude de inadimplemento de parcelas e solicitação de vencimento antecipado: CCBs Prol Editora Gráfica, CCCB Dedini S/A Indústria de Base, CCI Atac Participação e Agropecuária Ltda, CCCB Toscana Negócios e Participações S/A, CCB Inepar e CCB Canguru.

(**) Carteira Própria: Em virtude da intervenção do Banco Central do Brasil no Banco BVA S/A, a Fundação efetuou, em 2012, a provisão de 100% do saldo devedor da CCB BOLERO.

Em 2015, no Fundo de Investimentos em Participações Rio Bravo Energia I, ocorreu a redução do valor da quota na ordem de 58,91% devido, principalmente, à reavaliação de ativos integrantes da carteira de investimentos.

5. PERMANENTE

	2015		2014		Vida Útil
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Móveis e utensílios	193	(27)	166	185	10 anos
Máquinas e equipamentos	35	(5)	30	33	10 anos
Sistema de processamento de dados	229	(64)	165	207	05 anos
Sistema de comunicação-equipamentos	40	(5)	35	29	10 anos
Sistema de segurança	4	(1)	3	4	10 anos
Veículos	72	(26)	46	60	05 anos
Total	573	(128)	(445)	518	



Em 2015, a Fundação avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu não haver perdas por *impairment*. Adicionalmente, a Administração avaliou a vida útil destes ativos, e concluiu que as mesmas estão adequadas e de acordo com as premissas de mercado, em atendimento ao "CPC 27 – Imobilizado" e ao "ICPC 10 – Esclarecimentos sobre os pronunciamentos técnicos CPC 27 – Imobilizado e CPC 28 – Propriedade para Investimentos".

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. Previdencial

São registrados os compromissos assumidos pelos planos de benefícios previdenciais com a Gestão Previdencial. A composição do saldo em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Pecúlios a pagar - PPM	-	3.475
Pecúlios a pagar - AFA	-	510
Pecúlios a Proporcional em Vida – PPV	-	1.685
Pecúlio por Doença – PPA	-	31
Pecúlio por Morte – PPM - CO	-	51
Resgates – FPF	-	18
Retenções a recolher	553	524
Ressarcimento das Despesas Administrativas – PGA (*)	262	308
TOTAL	815	6.602

No exercício de 2015 as despesas referentes aos benefícios foram registradas e liquidadas dentro do mês de competência, por esse motivo não existe registros de valores a pagar.

(*) Valor do custeio administrativo do Plano de Pecúlio Facultativo referente competência dezembro a repassar para o PGA - Plano de Gestão Administrativa.

6.2. Gestão administrativa

São registradas neste grupo de contas as obrigações da Fundação GEAPPrevidência, relativamente as despesas administrativas do PGA, conforme segue:

	2015	2014
Pessoal e Encargos (a)	578	529
Serviços de Terceiros (b)	-	72
Retenções a Recolher (c)	67	55
Tributos a Recolher (d)	18	16
Outras Exigibilidades	2	26
TOTAL	665	698

(a) Encargos da folha de pagamento de dezembro (INSS, FGTS e Salário Educação) e provisão de férias (1/12 sobre salário dos funcionários e respectivos encargos);

- (b) Despesas administrativas com serviços de terceiros e serviços de malote;
- (c) Retenções do IRRF a ser recolhido no próximo exercício;
- (d) Tributos de PIS e COFINS, com vencimento em janeiro;

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Neste grupo estão registrados os prováveis valores de desembolso referentes processos administrativos e/ou ações judiciais que se encontram em trâmite, aguardando sentença definitiva.

	2015	2014
Investimentos (a)	34.275	33.765
Previdencial (b)	3.658	4.081
TOTAL	37.934	37.846

- (a) Ações judiciais referentes investimentos que aguardam julgamento definitivo:
 - R\$ 3.656 (em 2015 e 2014): processo CDB do Banco BMD. Liminar favorável proporcionou depósito do recurso em conta da Fundação em 17/09/2001, contudo, valor foi bloqueado por outra liminar pleiteando a devolução.
 - R\$ 30.620 em 2015 (R\$ 30.110 em 2014): processo CDB Crefisul. Valor depositado em conta judicial da Caixa Econômica Federal. A Fundação atualiza o saldo pela Taxa Referencial e constitui provisão integral em contingências.
- (b) Composição dos litígios jurídicos com prognóstico de perda provável:

	2015 Vr. reclamado	2015 Risco	2014 Risco
Riscos cíveis	3.658	3.658	4.081

A GEAPPrevidência possui 230 processos cíveis classificados pelo jurídico com chance de perdas possíveis, com risco de R\$ 33.623, sendo que a maioria das ações ajuizadas refere-se ao recebimento antecipado do benefício de 80% de Pecúlio por Morte. Relacionamos os processos que apresentam os maiores valores no grupo classificado como perdas possíveis:

Número do processo	Reclamante (parte)	Valor do Risco
		R\$/mil
0325750-28.2014.8.240023	SINTRAFESC	15.576
0365834-05.2013.8.05.0001	Alice Ribeiro de Almeida e outros	771
0050334-07.2013.8.15.2001	José Gilson de Oliveira Coelho	542
0001389-52.2014.8.15.2001	Marlene Nogueira da Silva	502
0009609-16.2011.8.17.0990	Maria Elza Barbosa dos Santos	500

8. EXIGÍVEL ATUARIAL

O exigível atuarial é estabelecido e registrado com base em cálculos atuariais. Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Plano de Pecúlio Facultativo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
• Hipóteses financeiras		
Taxa real de juros	3,75 %	4,00 %
Projeção do crescimento real de salário:	3,00 %	2,15 %
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00 %	0,00 %
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - Salários	0,950	0,975
• Hipóteses biométricas		
Taxa de mortalidade geral	AT 83	GKM1970

• Regime financeiro e métodos atuariais

Regime de Capitalização (método agregado)

Plano GEAPPREV

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
• Hipóteses financeiras		
Taxa real de juros	4,00 %	4,00 %
Projeção do crescimento real de salário:	0,00 %	0,00 %
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00 %	0,00 %
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	1	1
• Hipóteses biométricas		
Taxa de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000

• Regime financeiro e métodos atuariais

Regime de Capitalização Financeira

8.1 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas pelo atuário. Os saldos são demonstrados conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Benefícios a conceder (a)		
Plano de Pecúlio Facultativo	1.564.520	1.425.705
Benefício Definido Estruturado em Regime	587.268	618.196
Capitalização Programado		
Benefício Definido Estruturado em Regime	977.252	807.509
Capitalização Não Programado		
Plano GEAPPrev	39.618	33.402
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora	16.193	13.289
Saldo de Contas - Parcela Participante	23.425	20.113
TOTAL	1.604.138	1.459.108

Fundação GEAPPrevidência

SMAS Trecho 03, Conjunto 03, Bloco E, Salas 409 a 416 – Ed. The Union Office – Brasília-DF.

22



- (a) No caso do PPF, as provisões de benefícios a conceder referem-se aos valores atuariais calculados dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder aos participantes que ainda não estão em gozo dos benefícios e no caso do Plano Geaprev corresponde ao saldo de contas, apurado financeiramente.

8.2 Equilíbrio Técnico

Conforme estabelece o artigo 20 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2011, o resultado superavitário do plano, após cumpridas as exigências regulamentares, será destinado à constituição de reserva de contingência até o limite de 25% das reservas matemáticas, sendo o valor excedente destinado à constituição de reserva especial para revisão do plano.

A seguir a composição do superávit técnico do Plano de Pecúlio Facultativo:

RESERVAS	2015	2014
Reserva de contingência	344.194	356.426
Reserva para revisão de plano	14.911	184.986
TOTAL	359.105	541.412

A Reserva de Contingência em 2014 foi constituída conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº. 26 de 29/09/2008, onde o excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência de 25% foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

Em 2015 a Reserva de Contingência foi constituída conforme disposto na Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015 a qual alterou o Artigo 7º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, sendo o limite calculado pela fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duration})] \times \text{Provisão Matemática}$. Com base no cálculo atuarial a duration do PPF é 12 anos, por consequência, para cálculo da Reserva de Contingência em 2015 do Plano de Pecúlio Facultativo foi aplicado 22% sobre o valor da Reserva Matemática.

8.3 Fundos

Os fundos são assim constituídos: do PPF, pela transferência da reserva especial para revisão do plano; do GEAPPrev, pelas contribuições regulares patronais não resgatadas pelos participantes que requereram tal instituto e; do PGA, na ocorrência de resultado positivo entre receitas e despesas administrativas.

	2015	2014
FUNDO PREVIDENCIAL	178.423	71.238
Pecúlio Facultativo (a)	176.274	69.459
GEAPPrev (b)	2.149	1.779
Fundo Administrativo (c)	6.771	8.967
TOTAL	185.193	80.205

- (a) O fundo previdencial para revisão do Plano de Pecúlio Facultativo está constituído em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008. Em 2015, com base em avaliação atuarial, houve a transferência de parte da reserva especial para cobertura da redução de 60% das contribuições dos participantes do plano.

Fundação GEAPPrevidência

SMAS Trecho 03, Conjunto 03, Bloco E, Salas 409 a 416 – Ed. The Union Office – Brasília-DF.

23

- (b) O fundo previdencial do Plano GEAPPrev tem como finalidade suprir eventuais déficits técnicos do fundo de provisão de benefícios concedidos; e
- (c) O saldo do fundo administrativo (PGA) pertence ao Plano de Pecúlio Facultativo.

9. Plano de Gestão Administrativa - PGA

O PGA possui regulamento constituído com base na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

9.1. Receitas – fontes de custeio

Constituem fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela GEAPPrevidência:

- Contribuições dos patrocinadores;
- Contribuição dos participantes e dos assistidos;
- Resultado dos investimentos; e
- Receitas administrativas.

		2015	2014
RECEITAS ADMINISTRATIVAS			
Custeio administrativo da gestão previdencial	(a)	3.990	4.060
Resultado positivo dos investimentos	(b)	820	979
Outras receitas	(c)	158	391
TOTAL		4.968	3.132

- (a) Taxa de administração de 5% incidente sobre as contribuições dos patrocinadores do Geaprev e sobre as contribuições dos participantes do PPF e Geaprev;
- (b) Rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do PGA; e
- (c) 2014: R\$ 274 referente venda de bens móveis e R\$ 125 pela reavaliação de imóvel. 2015: R\$ 148 atualização parcelas do imóvel, R\$ 10 empréstimos férias e R\$ 1 rendimentos.

9.2 Despesas Administrativas

As despesas administrativas foram suportadas pelo saldo dos recursos do PGA conjugada com as fontes de custeio vigentes em cada ano.

As despesas administrativas específicas foram apropriadas nas respectivas rubricas (Previdencial e Investimentos) e os gastos comuns foram rateados proporcionalmente de acordo com as atribuições do pessoal alocado em cada uma das gestões.

Os percentuais relativos de cada rubrica em relação ao total das despesas administrativas, durante os exercícios de 2015 e 2014, foram os seguintes:





FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

SOB INTERVENÇÃO

	2015		2014	
DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
Gestão Previdencial	6.044	85%	6.619	88%
Gestão Investimentos	1.121	15%	914	12%
TOTAL	7.165	100%	7.533	100%

10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS


No exercício de 2014, foram publicadas as Resoluções MPS/CNPC nº 15 e 16 divulgadas no dia 19/11/2014, as quais alteraram as Resoluções CGPC nº 18, de 2006, e nº 26, de 2008. Essas Resoluções trouxeram novos procedimentos referentes ao cálculo da taxa de juros e do ajuste de precificação. Como os planos administrados pela Fundação GEAPPrevidência possuem todos títulos públicos marcados pelo valor de mercado, não foi necessário apresentar ajustes de precificação.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES


Em 19/02/2016, por meio da Portaria nº 73, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC nomeou JOÃO LUIZ PINHEIRO HORTÊNCIO DE MEDEIROS como interventor da Fundação GEAPPREVIDÊNCIA em substituição à AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO (nomeado conforme Portaria nº 415 de 16/08/2013).

12. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação em 31 de março de 2016.



AUBIÉRGIO BARROS DE SOUZA FILHO
INTERVENTOR – Portaria nº 415
D.O.U. Secão 2 Data: 19/08/2013
CPF: 338.835.054-04



JÚLIO CÉSAR MEDEIROS PASQUALETO
Contador
CPF: 484.111.400-91
CRC/RS: 47.048.0-0-DF

Parecer Atuarial do PPF



PARECER ATUARIAL Nº 01/2016 PLANO DE PECÚLIO FACULTATIVO

O Plano de Pecúlio Facultativo - PPF, CNPB nº 1990.0011-65, foi avaliado atuarialmente em 31/12/2015 com base nas informações cadastrais posicionadas na mesma data. Tal base cadastral foi considerada consistente para elaboração do estudo atuarial.

O Plano é de modalidade Benefício Definido e recebe contribuições apenas do participante, não havendo contraparte do patrocinador. Seu benefício principal é o Pecúlio Por Morte (PPM) calculado em função do salário do participante e de um multiplicador que varia entre múltiplos de 10 entre 10 e 100.

A avaliação atuarial utilizou as seguintes hipóteses:

- **Taxa de juros real:** 3,75 % ao ano
- **Tábua de Mortalidade:** AT 83 Male e Female
- **Crescimento salarial real anual:** 3,00%
- **Taxa de rotatividade:** 1,33%
- **Custo administrativo:** 5% das contribuições
- **Fator de determinação de salários e benefícios:** 0,95

A rentabilidade nominal acumulada de janeiro a dezembro de 2015 do PPF foi de 5,32%, enquanto a meta atuarial de INPC + 3,75% totalizou 15,45%, para a qual sugerimos sua manutenção para o ano de 2016, visto que o ano de 2015 foi caracterizado por dificuldades conjunturais na economia brasileira.

Em 31/12/2015, o resultado apurado foi o seguinte:

Conta	31/12/2015
Ativo Líquido	1.923.624.673,24
Reservas Matemáticas	1.564.519.545,05
Superávit Técnico	359.105.128,19
Reserva de Contingência (22%)	344.194.299,91
Reserva Especial Para Revisão do Plano	14.910.828,28


A Resolução CGPC 26/2008 estabelece que a revisão do plano de benefícios deve ser obrigatória após o decurso de três exercícios de reserva especial, caso do PPF em 2015. Entretanto, por se tratar de Reserva Especial Para Revisão do Plano de baixo valor, fica inviabilizada a sua reversão em ampliação do rol de benefícios ou elevação da magnitude dos já existentes.

Em 2015 a contribuição dos participantes foi reduzida em 60 %, sendo efetuada a transferência da reserva especial para o fundo previdencial do valor correspondente ao cálculo atuarial para esta finalidade referente ao período de mai/15 a dez/19. Em 31/12/2015 o saldo do fundo previdencial é de R\$ 176.273.930,71.

Com relação ao custeio, verificou-se que a contribuição média atual equivale a 3,88% da folha de salários, que é resultante da combinação de uma série de taxas de contribuição definidas ao longo do tempo de existência do plano. Como o Plano está equilibrado atuarialmente, com patrimônio para cobrir tanto as reservas matemáticas quanto suas provisões, indicamos a manutenção do atual plano de custeio.

Com relação aos fatores de cálculo do PPV, indicamos sua manutenção, podendo ser revisto em caso de formação futura de Reserva Especial para Revisão do Plano que suporte tal alteração.

Brasília, 29 de março de 2016.


Adilson Moraes da Costa
Atuário MIBA 1.032 MTE/RJ

Parecer Atuarial do GEAPREV



PARECER ATUARIAL Nº 02/2016

Plano de Benefícios Previdenciários GEAPREV

O Plano de Benefícios Previdenciários GEAPREV, CNPB nº 2005.0006-47, foi avaliado atuarialmente em 31/12/2015, a partir da base cadastral posicionada na mesma data e considerada consistente para a elaboração do estudo.

O Plano adota a modalidade de Contribuição Variável e os participantes podem optar entre os percentuais 3%, 5%, 7% e 10% de contribuição sobre o salário. A contrapartida patronal do patrocinador GEAP AUTOGESTÃO EM SAÚDE está definida em 100% do valor da contribuição do participante para as taxas 3% e 5%; para as taxas 7% e 10%, as contribuições patronais são de 6,0% e 7,5%, respectivamente. Para o patrocinador FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA a contribuição é paritária em todos os percentuais. A combinação destes valores de contribuição resulta em uma alíquota média para os participantes ativos de 5,87% e de 5,47% para o patrocinador, sendo 5% do total arrecadado destinado à cobertura das despesas administrativas.

Para a realização da avaliação atuarial foram utilizadas as seguintes hipóteses:

- **Taxa de juros real:** 4,00 % ao ano
- **Tábua de Mortalidade:** AT 2000
- **Fator de determinação de salários e benefícios:** 1,00

A rentabilidade nominal acumulada de janeiro a dezembro de 2015 do GEAPREV foi de 4,68%, enquanto a meta atuarial de INPC + 4% totalizou 15,73%, para a qual sugerimos sua manutenção para o ano de 2016, visto que o ano de 2015 foi caracterizado por dificuldades conjunturais na economia brasileira.

Como o Plano está ainda em fase de acumulação, estágio em que a Reserva Matemática de cada participante e o seu próprio saldo em conta, Reservas e Patrimônio tem o mesmo valor, exceto pelo Fundo de Risco, formado por contribuições do patrocinador não resgatadas pelos participantes em casos de desligamentos, cuja função é suprimir eventuais déficits técnicos com os futuros benefícios previdenciários.


O resultado do Plano em 31/12/2015 foi o seguinte:

RESERVAS MATEMÁTICAS DO PLANO GEAPREV - DEZEMBRO/2015

Conta	Descrição	Valor
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 39.618.401,30
2.3.1.1.02.01.01	PARCELAS PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	R\$ 16.193.633,80
2.3.1.1.02.01.02	PARCELAS PARTICIPANTES	R\$ 23.424.767,50
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	R\$ 2.148.714,24
2.3.2.1.03.01.00	FUNDO DE RESERVAS	R\$ 2.148.714,24

Fonte: Valores apurados com base no balancete e relatório Saldo de Contas (quantidade de quotas) - GEAPrev

Brasília, 29 de março de 2016.


Adilson Moraes da Costa
 Atuário MIBA 1.032 MTE/R

Relatório dos Auditores Independentes

FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES PAR 16/047

Aos Administradores da
FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO GEAPPREVIDÊNCIA** (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela **FUNDAÇÃO**, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das obrigações atuariais dos planos de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor

www.bakertillybrasil.com.br



SAUS Qd. 04, bl. A, lotes 09/10, salas 1225 a 1228 Ed. Victória Office Tower
Asa Sul - Brasília/DF – CEP 70070-938 – Telefones (61) 3012-9900 – Fax (61) 3012-9900
www.bakertillybrasil.com.br



considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO GEAPREVIDÊNCIA** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Brasília, 19 de abril de 2016.



**BAKER TILLY
BRASIL**


JOSIAS OLIVEIRA BARROS NETO

Contador CRC/DF 009386/O-1

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

CRC/MG – 005455/O-1

www.bakertillybrasil.com.br



SAUS Qd. 04, bl. A, lotes 09/10, salas 1225 a 1228 Ed. Victória Office Tower
Asa Sul - Brasília/DF – CEP 70070-938 – Telefones (61) 3012-9900 – Fax (61) 3012-9900
www.bakertillybrasil.com.br



**BAKER TILLY
BRASIL**
AUDITORES & CONSULTORES